



Virando a chave: máquinas chinesas são aposta do MST para alimentar o Brasil (Parte I)

Por Maíra Mathias em colaboração com Raquel Torres. Fonte: O Joio e O Trigo.

Movimento quer dar escala à agroecologia com o uso de maquinário barato, pensado para pequenas propriedades rurais. Testes acontecem em assentamentos do Nordeste.

Para segurar o céu

Às 7 horas da manhã de uma terça-feira de maio de 2025, um barulho diferente tomou conta de um dos campos de arroz do assentamento Diamante Negro Jutaí. Penetrante e monótono, destoava de tudo o que já se ouvira por ali. Mesmo tão cedo, a novidade já atraía público. Cinco homens e uma criança observavam com atenção a origem daquele som. Ele vinha da China – ou melhor, de duas pequenas máquinas fabricadas naquele país. Elas tinham atravessado metade do globo até ali, a cidade de Igarapé do Meio, a 220 quilômetros de São Luís, no Maranhão. As mini colheitadeiras eram um acontecimento



por um motivo bem simples: faziam em poucos dias o trabalho que, antes, levava quase um mês.

“Você faz um serviço de 24 dias em apenas dois ou três. Se ela [a máquina] não der problema, em um dia só a gente consegue”, calculou animadamente Railson Sousa Lima, dono da plantação onde as colheitadeiras passeavam para lá e para cá.

As duas máquinas da empresa Shineray– montadora chinesa que, no Brasil, tem uma fábrica de motocicletas no Complexo Industrial de Suape, em Pernambuco – não são iguais. A maiorzinha, do modelo 4lz-1.0lc, tem 15 cavalos de potência e, aproximadamente, o tamanho de um carrinho de golfe. A menor, com 10 cavalos de potência, lembra vagamente um daqueles veículos usados por seguranças de shopping. Com preço médio de 4 mil dólares cada, algo em torno dos R\$ 20 mil, as pequenas colheitadeiras são muito mais baratas do que a opção mais próxima vendida no Brasil, a Yanmar YH880, que sai por R\$ 550 mil.



As duas colheitadeiras da Shineray são pequenas. Em cima, a menorzinha, com 10 cavalos de potência. Embaixo, a maior, com 15. Fotos: Ingrid Barros / O Joio e O Trigo

As maquininhas não só colhem como adiantam bastante o processo de limpeza do arroz. O grão cresce em cachos. As colheitadeiras sugam esses cachos, separando cada grãozinho e lançando o cereal em sacas. “O arroz sai ‘batido’, só no ponto de secagem”, observou Railson.

Aquele momento coroava um trabalho de aproximadamente cem dias que tinha começado em 13 de janeiro, com a preparação da terra para o plantio. O arroz da família Sousa Lima tinha sido o primeiro a ficar no ponto de colher no assentamento Diamante Negro Jutai. E o assentamento, por sua vez, tinha sido um dos escolhidos pelo



Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, para testar a viabilidade de um ambicioso plano: massificar a agroecologia por meio da mecanização da agricultura familiar. E, de quebra, contribuir para a reindustrialização do Brasil.



Railson estava feliz com a colheita de arroz. “O nosso arroz está sendo muito procurado. Pelo fato dele ser um arroz orgânico. E de boa qualidade”, contou. Fotos: Ingrid Barros / O Joio e O Trigo

Diferença gritante

Fundado em janeiro de 1984, o MST surgiu com a pauta da reforma agrária. Mas a partir dos anos 2010, agregou uma palavra à sua bandeira de luta. Começou a falar em reforma agrária popular. As ocupações, que tanto simbolizaram o movimento na década de 1990, continuam acontecendo. Mas o movimento deu um passo adiante na construção da sua imagem, se posicionando como um ator central na produção de alimentos agroecológicos no Brasil.

Mas, se os assentamentos da reforma agrária produzem alimentos, nem sempre isso é feito numa escala suficiente para abastecer o resto da população. Ganhar tração, musculatura, passou a ser um objetivo central. “Quer dizer, sair das experiências-piloto, sair das experiências muito localizadas e, de fato, nacionalizar a agroecologia nos nossos assentamentos, na agricultura camponesa de forma geral”, explica Luiz Zarref que, além de membro do MST, é coordenador para a América Latina da Associação Internacional para a Cooperação Popular – também conhecida como Baobab.

Criada em 2019 por movimentos como o próprio MST, a Baobab tem como foco a cooperação internacional nas áreas de ciência e tecnologia. Para isso, promove intercâmbios de organizações populares com instituições governamentais, institutos de pesquisa, desenvolvedores de tecnologia, financiadores e empreendedores do chamado



‘Sul Global’. Tem escritórios na cidade de Acra, capital de Gana, em São Paulo e em Pequim, onde Zarref mora atualmente.

O endereço não é por acaso. Para ganhar escala, tanto o MST quanto outras organizações que compõem a Baobab veem na mecanização a resposta que precisam. Mas as máquinas para a agricultura familiar precisam ser pequenas e baratas. Reunir essas duas condições não foi fácil. Zarref conta que o movimento fez buscas em países como Itália, Alemanha, Japão e Coreia do Sul. A procura teve que ser fora do Brasil porque os modelos adequados para esse fim não são fabricados por aqui.

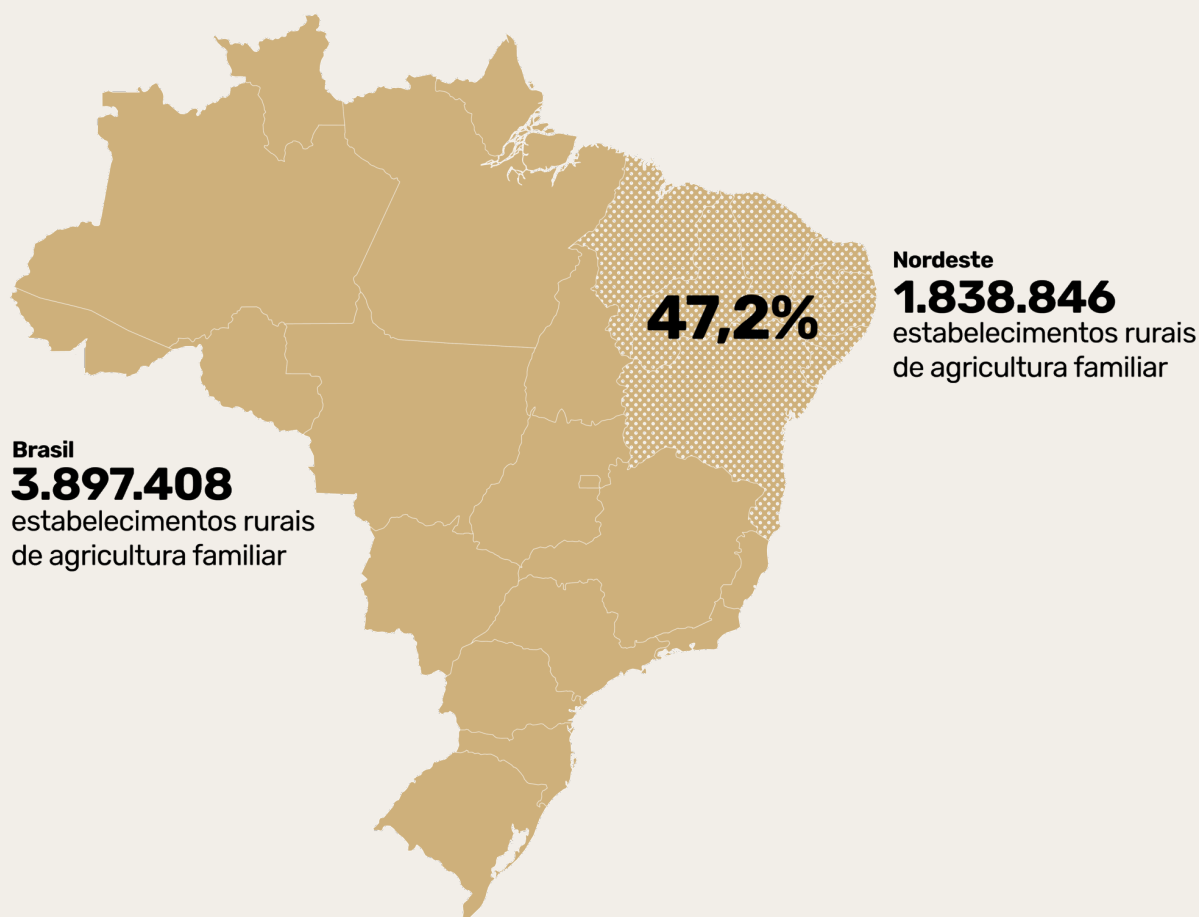
“Nos últimos anos, nós descobrimos que, na realidade, seria a China o país que teria as tecnologias mais adequadas para a realidade camponesa brasileira”, diz Zarref. “Na China, são 240 milhões de estabelecimentos no campo, a maioria tem até meio hectare.”

O tamanho conta, e muito: em áreas diminutas assim, do porte de meio campo de futebol, máquinas grandes não fazem sentido. A indústria chinesa, fortemente direcionada pelo Estado, deu uma resposta a essa realidade criando maquinário adequado. Segundo o coordenador da Baobab, o país tem mais de 8 mil fábricas de máquinas agrícolas. “É efetivamente um país que fez a reforma agrária e que industrializou o seu campo, a partir de uma linha política do governo.”

Enquanto isso, no Brasil, no mesmo ano em que a Baobab foi criada, os governadores do Nordeste decidiram fazer um contraponto à atuação desastrosa do governo Jair Bolsonaro na pandemia de covid-19 criando o Consórcio Nordeste. Mais tarde, a entidade, que reúne todos os estados da região, olharia para outras áreas além da saúde, como a agricultura familiar.

Sabendo do interesse do Consórcio Nordeste pelo tema, a Baobab o conectou com pesquisadores e fabricantes chineses de maquinário agrícola. “Foi um grande impacto”, lembra Zarref. A distância entre China e Brasil, especialmente entre a China e o Nordeste brasileiro, se revelou gritante.

Segundo o último Censo Agropecuário do IBGE, de 2017, existem 3,8 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar no país. Metade deles fica no Nordeste.



O censo não oferece uma média da mecanização nessa categoria de propriedade, mas traz dados por alguns tipos de máquinas. Se a medida for a mais comum delas – o trator –, a mecanização alcança 12% dos estabelecimentos da agricultura familiar. Já no Nordeste, o índice é de 1,3%. “Na China, [a mecanização média] chega a 72%. Em algumas cadeias produtivas chega a 83%”, compara Zarref.



Números da agricultura familiar

Brasil Nordeste

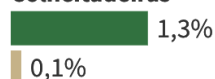
Tratores



Semeadeiras / Plantadeiras



Colheitadeiras



Adubadeiras



Fonte: Censo Agropecuário 2017 / IBGE

A vontade de mudar o jogo rendeu frutos. Em setembro de 2022, foi assinado um memorando de entendimento entre a Baobab, o Consórcio Nordeste, o Instituto Belt and Road, da Universidade Agrícola da China, e a Associação de Fabricantes de Máquinas Agrícolas daquele país.

Depois de um levantamento de quais cadeias produtivas poderiam ser alavancadas com o maquinário fabricado na China (hortaliças, milho, feijão e arroz), 31 máquinas desembarcaram no Brasil em fevereiro de 2024 com destino e objetivo certos: seriam testadas em assentamentos do MST nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Maranhão.

Participação massiva

No dia 4 de maio de 2025, um belo domingo de sol, Maria de Jesus acordou cedo, deu café para os filhos e partiu para a sede da Cooperativa Mista das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Itapecuru (Coopevi). Chegando lá, as horas passariam rápido, como numa corrida contra o tempo. É que a Feira Nacional da Reforma Agrária – um evento do MST realizado em São Paulo que serve de vitrine para a produção de alimentos em assentamentos do país inteiro – seria dali a alguns dias. Dijé, como Maria de Jesus é conhecida, se uniu à força-tarefa para aprontar os produtos que partiriam para a capital paulista. Tapioca, farinha, xarope, geleia, limão, abóbora... Mas, principalmente, arroz.



Maria de Jesus, a Dijé, foi a única mulher dos assentamentos do Nordeste a pilotar uma máquina chinesa. Foto: Ingrid Barros/ O Joio e O Trigo

A primeira colheita com máquinas chinesas tinha sido a daquele arroz e aconteceu um ano antes, ali mesmo no assentamento Cristina Alves, localizado em Itapecuru-Mirim, município a 119 quilômetros de São Luís. Dijé foi a única mulher dos assentamentos do Nordeste a pilotar uma máquina chinesa, a maior das colheitadeiras Shineray.

“Eu peguei para tentar ver se conseguia [guiar]. Aí quando eu consegui, eu fiz várias voltas lá, cortando arroz. E foi um momento muito bom, viu? A gente se sentiu muito alegre com isso”, lembrou.

Para Dijé, assim como para Railson, o choque vinha do tempo economizado na colheita, e também na limpeza, já que o grão sai sem a palha. “Já vem no ponto de a gente colocar no sol e levar para a piladeira. E eu passava um dia todo pra cortar seis sacos, com palha, com tudo. [Com a máquina] em quatro minutos, cinco, a gente está com um saco de cinquenta quilos cheio. Uma diferença boa, e muito grande. E aí eu me animei, porque sempre participava do [trabalho no] campo de arroz, mas nunca tinha colocado o meu próprio [campo de arroz].”



“É mais interessante para a reforma agrária popular, para a agroecologia, que a participação das pessoas também seja massiva. Não só uma produção em escala, mas uma participação também em uma escala maior” – Elias Araújo, coordenador do setor de produção do MST na região amazônica.

Atrair mais gente para o plantio de arroz é a meta da Coopevi. A cooperativa está prestes a dar um salto, com a instalação de uma usina financiada pela Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário em conjunto com a Fundação Banco do Brasil. A estrutura terá capacidade para beneficiar 8 mil quilos de arroz por dia. Para que a usina funcione bem, a área plantada a cada safra precisa saltar dos 20 hectares atuais para 500. Mas a ideia não é expandir a produção só dentro do assentamento.

“Isso seria monocultivo. Foge do que a gente quer debater em termos de agroecologia”, explicou Elias Araújo, quadro antigo do MST no Maranhão que mora no assentamento desde a sua criação, em 2007, e hoje coordena o setor de produção do movimento em toda a região amazônica.

De acordo com ele, o plano é ampliar gradualmente a área plantada dentro do Cristina Alves, de 20 hectares por safra até chegar a 150. E mobilizar pessoas de fora a plantarem os 350 hectares restantes. “É mais interessante para a reforma agrária popular, para a agroecologia, que a participação das pessoas também seja massiva. Não só uma produção em escala, mas uma participação também em uma escala maior.”





Elias Araújo está no Cristina Alves desde a criação do assentamento, em 2007. Mas sua militância no MST começou bem antes disso, na década de 80. Foto: Ingrid Barros / O Joio e O Trigo

É aí que as máquinas chinesas vêm ao encontro dos planos que a cooperativa já traça há tempos. Elas servem de chamariz. “Para colher hoje um hectare de arroz, você gasta uns 20 dias, no mínimo. Com essa maquininha da China, você consegue colher isso em um dia. É uma revolução”, observou Elias. “A gente quer trabalhar no entorno do assentamento, envolver outras famílias. Aqui tem vários assentamentos, várias comunidades quilombolas..”

No DNA do Maranhão

O arroz é central na cultura maranhense. O estado tem, disparado, o maior consumo per capita do Brasil. São 49 quilos de arroz por habitante ao ano, segundo o IBGE. Como base de comparação, na Bahia e em São Paulo, o número cai para 15 quilos.

Essa cultura já teve algumas reviravoltas e até proibição. No início da colonização das Américas, o Maranhão era um território disputado por espanhóis, franceses e portugueses. Esses últimos levaram para lá o arroz consumido no arquipélago dos Açores – uma variedade de cor vermelha, que teve enorme sucesso. Até que a Coroa proibiu sua produção, em 1772.

Na época, Portugal vivia uma crise de abastecimento. Mas a metrópole só queria saber do arroz branco. Como resultado, os maranhenses foram proibidos de plantar o arroz vermelho de que tanto gostavam. E os brasileiros, quem sabe, perderam a chance de ter mais variedade no prato.

Hoje, o arroz vermelho até voltou – mas como um produto nichado para classes médias e altas em busca de um estilo de vida saudável. Atualmente, 70% do arroz consumido no país é o branco polido.



No assentamento Cristina Alves, se produz arroz vermelho de olho em um nicho de mercado, segundo Elias Araújo. Foto: Ingrid Barros / O Joio e O Trigo

O arroz também tem a ver com a história de ocupação do território maranhense – e com as suas injustiças. É uma cultura de abertura de área. Aquilo que se planta depois de derrubar a floresta. “Retirar a madeira e fazer a primeira roça. E a primeira roça que vem é a de arroz”, observou Elias.

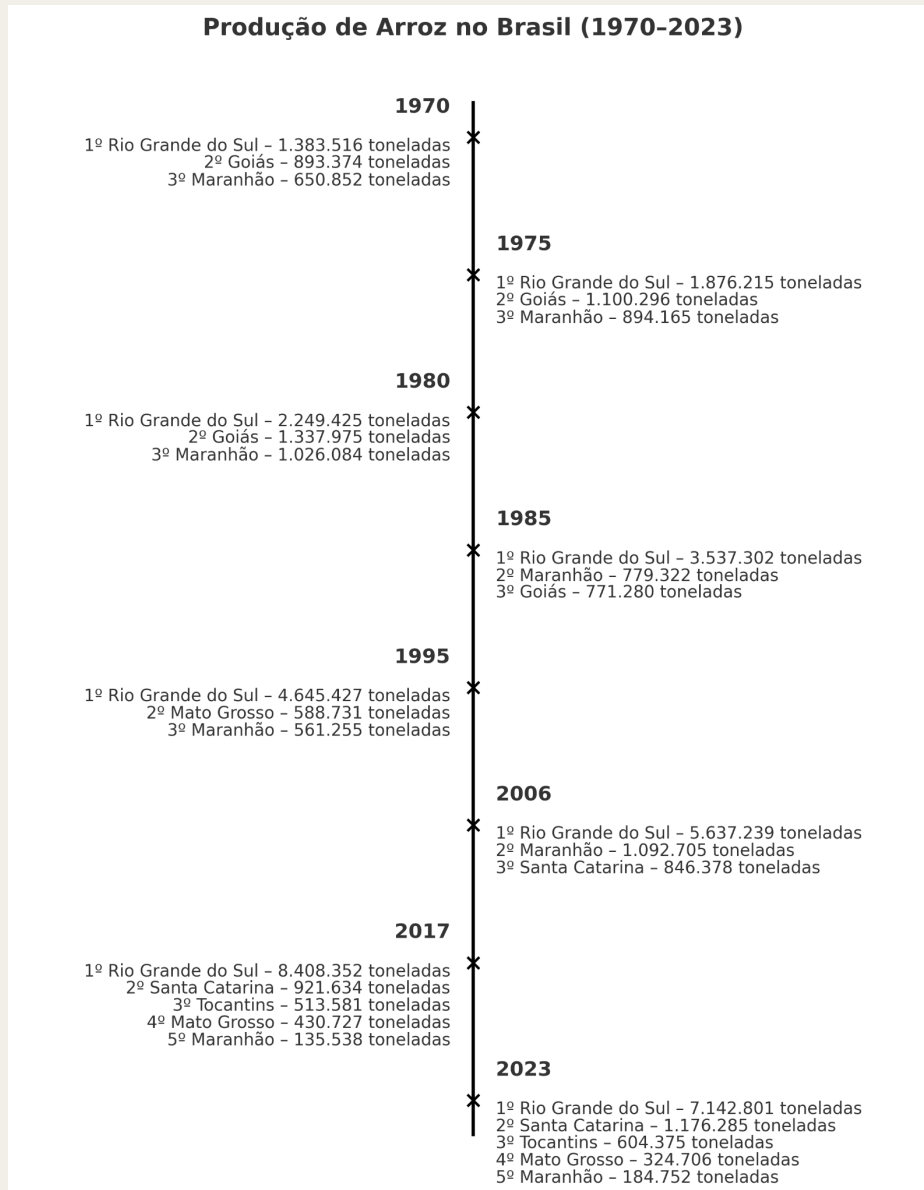
“E, no rastro dessa lavoura itinerante, você tinha os criadores de gado. E, no rastro disso tudo, veio o que a gente chamou aqui de legalização das áreas. As pessoas mais esclarecidas – comerciantes, pessoas de fora – foram documentando as áreas. E os camponeses foram sendo expulsos.” Sendo empurrados mais e mais para dentro da Amazônia.

O Maranhão chegou a ser o segundo maior produtor de arroz do Brasil. A última vez em que o estado chegou a essa posição foi em 2006, segundo o Censo Agropecuário.

Hoje, o Rio Grande do Sul concentra 70% da produção brasileira, com 7 milhões de toneladas em 2023. É seguido por Santa Catarina, Tocantins e Mato Grosso do Sul. O Maranhão fica na quinta colocação.



Maranhão na produção de arroz no Brasil



(Fonte: De 1970 ano até 2017, Censo Agropecuário. Para o ano de 2023, Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE)

Na avaliação de Elias, que é agrônomo, o Maranhão perdeu espaço porque não se atualizou. “A cultura se deslocou para regiões onde teve resposta, onde as forças produtivas avançaram.” Mesmo dentro do estado, diz ele, a produção de arroz vem mais do agronegócio do que de assentamentos ou territórios tradicionais. “No sul do Maranhão, onde estão as máquinas, onde é possível plantar e colher.”



O próprio MST tem no arroz produzido no Rio Grande do Sul, um dos seus principais orgulhos. Segundo o Instituto Riograndense do Arroz (Irga), o movimento é o maior produtor de arroz orgânico do Brasil. E, pelo tamanho da produção, provavelmente o maior da América Latina. Segundo o MST, na última safra (24/25) foram semeados 2.850 hectares de arroz agroecológico nos assentamentos riograndenses por 290 famílias – uma média de 9,8 hectares para cada uma. A ideia é reproduzir esse cenário no Maranhão.

“Aquele camponês que fazia a roça de arroz e colhia manualmente ainda existe, mas existe para uma necessidade de consumo. Quando essa família melhora financeiramente e pode comprar o arroz fora, ela não vai mais ficar na atividade do arroz”, afirma Elias, para quem a forma de manter as pessoas no campo maranhense passa necessariamente pela mecanização da cultura do arroz.

Republicado de O Joio e O Trigo. Disponível em:

<https://ojoioeotrigo.com.br/2025/09/virando-a-chave-maquinas-chinesas-sao-aposta-do-mst-para-alimentar-o-brasil/>
